

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Usiminas fecha mais setores até janeiro

Desativação começa com Sínter 2, no dia 22

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Após muita expectativa por parte dos trabalhadores, a Usiminas finalmente apresentou ontem, de forma oficial, aos sindicatos um cronograma para a desativação dos equipamentos da usina de Cubatão e algumas medidas para minimizar o impacto social dos futuros cortes de trabalhadores.

O anúncio ocorreu em um dia bastante agitado na empresa. Afinal, a Prefeitura de Cubatão suspendeu o alvará de licença municipal de funcionamento das atividades portuárias da companhia. A categoria aprovou ainda estado de greve em assembleia realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos (veja matéria nesta página).

Na parte da tarde, o vice-presidente de Recursos Humanos da Usiminas, Cláudio Luna, e o gerente geral de RH, Ítalo Quidicom, explicaram que o equipamento Sínter 2 estará parada a partir do dia 22 deste mês.

Em 25 de janeiro, será a vez da interrupção da Coqueria 2.

Na sequência, a partir do dia 30, haverá a paralisação do Alto Forno 2 e do Sínter 3. No dia seguinte, está programada a desativação da Aciaria 2.

Além disso, os representantes da siderúrgica apresentaram a proposta de desligar, inicialmente, os trabalhadores que já se encontram aposentados e aqueles com o tempo suficiente para entrarem com esse pedido no INSS.

Foi proposto ainda o remanejamento interno de pessoas para viabilizar a primarização de serviços, ou seja, para que essas pessoas ocupem funções que hoje são executadas por trabalhadores terceirizados.

INSATISFAÇÃO

O presidente do Sindicato dos Engenheiros na Baixada Santista, Newton Guenaga Filho, e o líder do Sindicato dos Metalúrgicos, Flôrencio Resende de Sá, o Sassá, admitem que saíram frustrados do encontro. Ambos estão lutando pela preservação dos empregos.

Guenaga Filho sugeriu algumas propostas para minimizar



Os funcionários da usina aprovaram estado de greve em assembleia realizada ontem, pelo Sindicato dos Metalúrgicos, na porta da empresa

Início das demissões

Durante a reunião de ontem com representantes da Usiminas, o presidente do Sindicato dos Engenheiros na Baixada Santista, Newton Guenaga Filho, questionou quando seria iniciadas de fato as demissões na empresa – estão previstos ao menos 4 mil desligamentos. Mas não houve uma resposta clara dos integrantes do RH da siderúrgica. Em 18 de novembro, a prefeita de Cubatão, Marcia Rosa, esteve reunida com o diretor-presidente da Usiminas,

Rômêl Erwin de Souza. Marcia disse que nenhum funcionário seria demitido até 31 de janeiro de 2016. A garantia teria sido dada por Souza. Já a empresa informou que em nenhum momento se posicionou a respeito de datas. Em 4 de novembro, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, recebeu a prefeita e sindicalistas. Na ocasião, o representante do Governo Federal solicitou à Usiminas a suspensão dos cortes pelo período de 4 meses.

os cortes, como a realocação de funcionários para outros setores – desde que acompanhados por treinamentos –, criação de

um plano de demissão voluntária (PDV), contribuição complementar para a previdência privada e manutenção do plano

de saúde por um prazo maior.

Porém, os representantes da empresa destacaram que “o cobertor está curto”. Os pedidos serão avaliados pela direção da empresa. Uma devolutiva sobre as propostas deverá ser apresentada na tarde da próxima quarta-feira (o horário ainda não está definido), durante uma reunião no Ministério Público do Trabalho, em Santos.

“É importante frisar que a empresa vai manter uma equipe mínima para manutenção dos equipamentos que serão desligados. Isso vai permitir um possível retorno da produção no futuro”, cita Guenaga.

Para Sassá, o cenário não é animador, porque não foi apresentada a proposta para reverter os futuros cortes. “Não compactuamos de jeito nenhum com as demissões”, frisa.

Se o porto não parar, área será interditada

■ Fiscais da Prefeitura entregaram ontem a dirigentes locais da Usiminas notificação para paralisar o porto que funciona dentro da empresa, por falta de ‘habite-se’. “Caso não seja acatada esta decisão, as instalações portuárias poderão ser interditadas”, comunicou por meio de nota a Prefeitura.

Conforme a Administração, o funcionamento dessa área era possível graças a um alvará provisório expedido pelo Município. Até então, a emissão dessas permissões temporárias era possível com base no Compromisso de Ajustamento assinado pela Usiminas e Prefeitura, que determinava obrigações para a empresa em troca de prazos diferenciados para apresentação de documentos essenciais para o seu funcionamento.

“Flexibilizamos esses prazos várias vezes para evitar o fechamento da indústria. São documentos fundamentais para seu funcionamento. Tanto que o compromisso foi aditado no final de 2014. Em troca, a empresa se comprometeu a combater o desemprego, em qualificar e aprimorar a mão de obra local, além do apoio a projetos sociais do Município. Todos esses compromissos estão sendo jogados no lixo com a decisão da empresa em encerrar a produção do aço em Cubatão”, explica Marcia Rosa.

Prefeitura suspende alvará da usina

DA SUCURSAL

■ A prefeita Marcia Rosa (PT) se adiantou ontem a eventuais riscos de a Usiminas destinar a área da usina de Cubatão a outras atividades que não as siderúrgicas, que estão sendo paulatinamente paralisadas: suspendeu o alvará de licença municipal de funcionamento das atividades portuárias da empresa na Cidade. Segundo a Administração Municipal, todos alvarás de operação da empresa (dos forno as aciarias e lingotamentos) estariam vencidos. E apenas uma licença permanecia válida: exatamente a do trecho do Porto, mas com vencimento previsto para sábado.

A notícia da suspensão foi comunicada pela própria pela prefeita, que compareceu à assembleia realizada entre representantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista e funcionários da siderúrgica ontem, na portaria principal da empresa. A ideia era suspender todas as atividades sem alvarás. Mas, Marcia Rosa optou pelas portuárias.

Greve

Durante a assembleia ontem, a categoria definiu também deflagrar estado de greve. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, Flôrencio Resende de Sá, o Sassá, espera agora um posicionamento da empresa. “Se não houver definição, vamos aguardar o tempo legal e paralisar os serviços”.

Com a suspensão do alvará, o governo municipal acelera negociações com a diretoria da Usiminas em busca de reverter as demissões anunciadas pela

empresa após a suspensão de atividades primárias de produção de aço em Cubatão.

FORMA SENSATA

A respeito da não renovação do alvará, por meio de nota, a direção da Usiminas diz “que considere o sindicato e o Poder Público Municipal devem agir de forma sensata e consequente”.

Segundo a empresa, “o mercado siderúrgico está vivendo a pior crise de sua história” e “posturas radicais não vão contribuir em nada para a solução de problema algum. Ao contrário, podem até mesmo agravar a situação das linhas de produção do ano letivo. gerando impactos sociais muito mais profundos”.

GOTA D'ÁGUA

A suspensão das atividades da Coqueria 1 da usina cubatense, que começou no domingo e de-

ve terminar hoje, foi a gota d'água. E a solução de fazer pressão, segundo a Administração, se baseia na quebra de um compromisso de ajustamento da Usiminas com a Prefeitura, assinado em 2011 por Omar Silva Júnior, à época vice-presidente industrial da empresa.

O termo detalhava acordos do Processo Administrativo 0350/1999. E foi repactuado em 8 de outubro do ano passado por Rômêl Erwin de Souza, atual diretor-presidente da Usiminas.

Em troca da renovação de alvarás, o compromisso previa uma série de obrigações da siderúrgica como a qualificação de trabalhadores e manutenção de postos de trabalho.

Por isso, Márcia Rosa considera que ao anunciar a suspensão da produção de aço e a demissão de trabalhadores, a empresa está rompendo o compromisso de ajustamento.

Pressão



“Queremos, sim, obrigar a empresa a negociar saídas para reverter esse quadro. O Governo Federal já se comprometeu a estudar medidas que incentivem o mercado siderúrgico. Os trabalhadores querem negociar. E a empresa? Não dá para manter tamanha intransigência e prejudicar a Baixada Santista e o País”

Marcia Rosa, prefeita de Cubatão

Trabalhadores protestam hoje em SV

DA SUCURSAL

Um dia sem manifestações. Esse foi o período que a Administração Municipal de São Vicente resistiu. A partir das 9h30 de hoje, os trabalhadores contratados por entidades parceiras da Prefeitura e que atuam nas creches e Associações de Pais e Mestres (APMs) da Cidade farão um novo ato, defronte ao Paço. O motivo: de dois a

três salários atrasados.

Oficialmente, os trabalhadores estão em greve durante praticamente todo o segundo semestre. No entanto, mediante decisão judicial de setembro, a Prefeitura foi obrigada a reabrir todos os equipamentos de ensino que suspenderam seus atendimentos.

Fez isso improvisando e readequando servidores. Agora, o temor dos profissionais das

creches e APMs (que não são concursados) é justamente em serem definitivamente abandonados com o encerramento do ano letivo.

“Estou fazendo faxina há dois meses para conseguir dinheiro. A última vez que fui trabalhar na creche foi em agosto. No meu caso, são três meses de salários e quatro cestas básicas em atraso. Não tem quem aguente”, afirma a

monitora de uma creche na Área Continental, que pede para não ser identificada. “O presidente da entidade que me contratou recomendou que ninguém falasse nada para não ser punido pela Prefeitura”, justifica.

O protesto de hoje foi convocado pelo Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas no Estado

Prefeitura

Procurada, a Prefeitura de São Vicente informou, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz), que os pagamentos para os funcionários das creches e das APMs serão finalizados até o final do dia de hoje.

de São Paulo (SindBeneficente), representante da categoria. Os trabalhadores sairão em passeata do Paço em dire-

ção à Secretaria de Desenvolvimento e Mobilidade Urbana (Semurb), onde o prefeito Luís Cláudio Bili (PP) costuma despachar.

“Estamos aguardando a Prefeitura e as instituições para a formalização de acordo para o pagamento e retorno ao trabalho. Sem acordo para pagamento não dá para retornar ao trabalho”, justifica Rogério José Gomes Cardoso, presidente do Sind-beneficente. Segundo o sindicato, há cerca de 800 funcionários, de 49 unidades paralisados.